

----- SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALVALADE, REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E CATORZE-----

----- ATA NÚMERO TRÊS-----

----- (Mandato 2013-2017)-----

----- Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e catorze reuniu na sua Sede, sita na Rua Conde de Arnoso número cinco B, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, sob a presidência do seu Presidente, Luís Filipe Nunes Coimbra Nazaré, coadjuvado por José Alberto da Conceição Reis, Primeiro Secretário, e por Margarida Alexandra do Nascimento Afonso, Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS):** – Joana Vanessa Henriques Medeiro, Mário Joaquim Gomes Branco, Maria Cristina Alves Campos, António Diogo de Carvalho Gongó Carvalheda e Mário Rui Peixoto dos Reis Costa.-----

----- **Do Partido Social-Democrata (PSD):** – Armando Dias Estácio, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Diogo Vasco Gonçalves Nunes de Bastos, Joaquim Maria Fernandes Marques, Francisco Luís Ferreira Bento, Maria Manuela Roque Rodrigues Barros Maia e Tiago da Mota Veiga Moreira de Sá. -----

----- **Do Partido Comunista Português (PCP):** – Pedro Miguel Gomes Bastos e Fernanda Martins Guilherme. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE):** João Luís Lima de Moraes.-----

----- **Do Centro Democrático Socia-Partido Popular (CDS-PP):** José Lima Andrade dos Santos Correia.-----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: -----

----- Mariana Raquel Aguiar Mendes Teixeira, que justificou a sua ausência e foi substituída pela Membro Maria Manuela Maia. -----

----- Maria Manuela da Silva Correia Brito Nunes Santos, que justificou a sua ausência e foi substituída pelo Membro Tiago Moreira de Sá. -----

----- Aquino José Mário de Noronha, que justificou a sua ausência e foi substituído pela Membro Fernanda Guilherme. -----

----- Nuno Beirante Domingues, que justificou a sua ausência e foi substituído pelo Membro João Moraes. -----

----- Às vinte e uma horas e trinta minutos, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- **Freguês Pedro Aparício** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Sou residente no Bairro das Estacas, na Rua Teixeira de Pascoais, e antes de mais agradecer ao Senhor Presidente a atenção que teve na última Assembleia, em que não foi possível intervir no final da sessão mas o Senhor Presidente acedeu gentilmente à distribuição de uma informação. Agradeço a sua atenção. -----

----- Tentei sintetizar em alguns pontos que, se não se importarem, iria reproduzir aqui:

----- Como alguns saberão, senti diretamente o impacto e as deficiências provocadas por uma obra pública caracterizada pela imposição de vontades, com mecanismos de concretização descuidada em termos de segurança e sem qualquer respeito pela vida quotidiana de quem vive, trabalha e que utiliza o espaço público de zonas marcadamente residenciais. Tenho acompanhado na primeira pessoa o desenvolvimento do projeto “Zona 30 – Bairro das Estacas”. -----

----- Muito poderia falar sobre este assunto, mas corria o risco de me tornar repetitivo e de tomar o tempo desta nossa Assembleia para visitar temas como transgressões ao

*Código da Estrada, realização de obras em elevados e distintos padrões de insegurança, também nas imperfeições dos diversos obstáculos colocados nos locais intervencionados e assim como a sinalização de trânsito com utilidade e de utilização dúbia.*-----

----- *Hoje gostava que partilhassem comigo da vossa atenção sobre outras questões. Prometo que procurarei utilizar o generoso tempo que me emprestam e procurarei ser eficaz e eficiente.*-----

----- *Somos todos vizinhos desde sempre, embora partilhemos a mesma identidade geográfica, Alvalade, há escassos meses. Antes de setembro, como se devem bem recordar, éramos apenas Alvalade, Campo Grande e São João de Brito.*-----

----- *Ali pela zona onde resido, o Bairro das Estacas, existe um sentimento que acredito generalizado de grave desconfiança no que diz respeito à realização de obras na via pública, ou melhor dizendo, com a quebra da confiança que poderia existir por estas iniciativas.*-----

----- *Para avivarmos a memória coletiva, apelando à vossa compreensão e promovendo uma política de boa vizinhança, atualizo o registo histórico e partilho convosco alguns momentos da nossa história recente:*-----

----- *Em 2008, ampliação das linhas do caminho-de-ferro, por ocasião da ligação ferroviária à margem sul e transformação do apeadeiro do Areeiro na estação que hoje conhecemos como Roma/Areeiro. Ausência de reparação dos danos e incumprimento das obrigações do então dono da obra, no caso a REFER;*-----

----- *Em 2009, instalação da polémica porção de faixa destinada ao cicloturismo ao longo da Avenida Frei Miguel Contreiras. Provavelmente ausência de ligação à*

*rede ciclável de Lisboa e o isolamento denotam o futuro vivido em ilhas;*-----

----- *Em 2013, a surpresa de implantação de obstáculos nas vias de circulação — total ausência de consulta e informação aos moradores, deficientes respostas aos pedidos de informação e demais questões já partilhadas com a Junta de Freguesia e Câmara Municipal de Lisboa;*-----

----- *Se analisarem estas situações verão alguns traços característicos:*-----

----- *A ausência de informação atempada, coerente e clara aos residentes;*-----

----- *Prejuízos avultados dos orçamentos autárquicos na salvaguarda do interesse dos fregueses na limpeza de danos provocados por donos de obra públicos e privados;*-----

----- *Regulares incómodos, desordem e transtorno aos residentes (ou talvez devamos ser citados como resistentes?);*-----

----- *Todos estes podem ser resumidos em insatisfação, desconfiança e alheamento.*---

----- *Neste momento todos antevemos o encerramento próximo do projeto “Zona 30 — Bairro das Estacas” e fica-me uma questão (semelhante a uma apresentada na sessão de esclarecimentos do projeto “Zona 30 - Bairro de São Miguel”): Quantos lugares de estacionamento restarão no final da obra?*-----

----- *Sei que no bondoso espírito da proposta circularemos em velocidades moderadas e evitaremos as visitas aos bairros — às quais não me tomem como insensível, mas concretamente em que medida melhoraremos a qualidade de vida de todos nós residentes nestes locais?*-----

----- *Como saberão, estamos neste caso a executar o nosso Plano Diretor Municipal de Lisboa (PDML). Proponho-vos que completem a vossa leitura com o “Regulamento Municipal que aprova o sistema de incentivos a operações urbanísticas com interesse municipal”, (Deliberação 54/CM/2013 — aprovado a 21/05/2013). Observem com atenção o seu anexo IV e perceberão que Alvalade é identificada como “Zona com défice de estacionamento”.*-----

----- Sugiro ainda que leiam com atenção o artigo “Zonas 30— Segurança Rodoviária, Vida e Vitalidade para os Bairros da Cidade de Lisboa”, apresentado no 7º Congresso Rodoviário Português, 10 — 12 Abril 2013, no LNEC, cujos autores - Fernando Nunes da Silva e Renata Lajas Custodio -, descrevem os princípios orientadores das obras concretizadas nestes 25 hectares da nossa Freguesia de Alvalade. Partilho convosco que os autores constatarem que aí existem ‘problemas ao nível da oferta de estacionamento para residentes’. Afirma-se ainda neste artigo que “Numa primeira fase o principal objetivo será dificultar o tráfego de atravessamento, o reordenamento do estacionamento na totalidade do bairro (ganho de 93 lugares de estacionamento mais bolsa de estacionamento temporário com capacidade para 49 lugares).” Até agora apenas consegui registar a redução de cerca de 12 lugares, talvez por ser, como no Mercado do Levante, “oh freguês é mais barato à dúzia”.

----- Arrisco-me a julgar por antecipação esta nossa obra, iniciada a 8 de Outubro de 2013, registando que ainda faltam implantar elementos de sinalização e sobrevivem - apesar de alertas documentados - situações de deficiência das obras.

----- Não posso passar esta oportunidade sem agradecer as sessões públicas de esclarecimentos promovidas. Apesar de parcas em esclarecimentos, foram locais de concretização de uma das necessidades esquecidas pelo dono da obra — ouvir e informar os cidadãos e de construir uma ideia ampla, abrangente e principalmente criar uma visão de futuro partilhada e aceite por todos nós.

----- Por último questiono esta Assembleia, a cada um de vós representantes eleitos, se estarão dispostos e disponíveis para tomarmos as devidas medidas que visem concretizar a Proposta nº 997/2009 - aprovada por unanimidade na reunião da Câmara Municipal de Lisboa em 16 de Setembro de 2009 com vista à classificação do conjunto do Bairro das Estacas como imóvel de interesse municipal.

----- Não resisto e concluo esta intervenção com um pequeno desafio - algo que também no nosso característico Mercado do Levante poderíamos concretizar como bom, bonito e barato.

----- Regressem com regularidade às realidades que vos elegeram e que são agora sujeitas a estas obras.

----- Avaliem o impacto deste processo de transformação do espaço público e quantifiquem o real impacto destas obras na vida das nossas famílias, observem a satisfação de todos os que vos confiamos o dever de representação. Garantam que no final do processo, melhor ou pior executado, se de facto existiu melhoria do bem comum na nossa Freguesia de Alvalade.

----- Termino com os meus sinceros votos de continuação de um bom mandato, esperando que todos possamos assumir o nosso papel no desenvolvimento da nossa freguesia.”

----- **O Senhor Presidente da Junta** começou por cumprimentar calorosamente o Freguês Pedro Aparício, em virtude de ver nele desde o início do mandato um extraordinário empenho de cidadão, no contexto do acompanhamento da obra. Não era a primeira vez que encontrava o Pedro Aparício a esse propósito, que ainda na semana anterior tivera uma intervenção na Assembleia Municipal sobre o tema e que tinha a gentileza de colocar a Junta de Freguesia com conhecimento das comunicações que trocava com a Câmara Municipal a esse propósito. A Junta era conhecedora da posição e tivera longos e interessantes debates com esse empenhado vizinho.

----- Referiu que isso nunca era demais salientar, porque infelizmente nem sempre era assim que as pessoas viviam a sua relação com o espaço onde viviam ou trabalhavam, onde passavam a maior parte do seu tempo.

----- Não se iria pronunciar sobre a ampliação da via férrea e a construção da ciclovia na Avenida Frei Miguel Contreiras, porque seria um abuso da sua parte. À data era um cidadão do Campo Grande e, portanto, seria um abuso da sua parte ter a pretensão de poder esclarecer qualquer coisa quanto a isso.-----

----- Quanto ao Bairro das Estacas, estava de acordo com a surpresa manifestada. O agora Executivo tinha tomado conhecimento da obra em curso e tivera oportunidade de se debruçar sobre ela uns dias antes da tomada de posse.-----

----- Estavam de acordo que os objetivos gerais do projeto eram importantes. Diminuir o tráfego de atravessamento nos bairros predominantemente habitacionais, diminuir o número e gravidade dos acidentes, quer fossem atropelamentos, quer fossem acidentes entre veículos nesses bairros, e nalguns casos melhorar o nível de estacionamento no interior do bairro.-----

----- Era uma obra dura para a comunidade que habitava aqueles bairros, uma vez que se tratava essencialmente da construção de obstáculos na via pública, as frentes de obra migravam ao longo da intervenção em diferentes zonas do bairro. Era uma obra muito difícil porque as pessoas encontravam constrangimentos viários em diferentes pontos à medida em qua obra ia progredindo. Essa obra tinha-se prolongado no tempo por razões várias, algumas das quais ligadas às infelizes condições climatéricas e que iam obrigando à repetição de algumas passagens da obra.-----

----- Disse que a Junta de Freguesia tinha feito, na sua opinião, o melhor serviço possível à comunidade. Em primeiro lugar pugnara por uma alteração ao projeto já em contexto de obra, na extensão dos dois sentidos de circulação na Rua Bulhão Pato, o que neutralizava o efeito de aumento de estacionamento do projeto original. Era precisamente na Rua Bulhão Pato, em virtude da redução para um sentido de trânsito só de saída, que havia o maior ganho de estacionamento naquele bairro. A manutenção, que esperava temporária, dos dois sentidos de trânsito, na Rua Bulhão Pato impedia que maiores ganhos de estacionamento existissem e, portanto, era neutralizado um dos objetivos do projeto. Era por isso que no folheto que circulara já não estava divulgado qualquer ganho de estacionamento como benefício daquela intervenção, uma vez que a alteração não apenas atrasara a divulgação, como diminuía decisivamente essa vantagem do projeto.-----

----- Todavia, se e quando viesse a haver uma requalificação do mercado de levante, que esperava acontecer durante o ano de 2015, já seria possível abrir uma passagem de circulação para acesso de quem provinha da Avenida de Roma, entre o Largo Machado de Assis e a Rua Antero de Figueiredo, fazendo com que a Rua Bulhão Pato viesse a ser uma rua só de saída, para evitar precisamente trânsito de atravessamento. Aí haveria oportunidade de recuperar algum estacionamento naquela zona.-----

----- Não sabia responder em número os lugares de estacionamento que sobravam no final da obra da Zona 30, até porque não sabia de cor. Parecia-lhe que o ganho, se existisse, era marginal.-----

----- Estimava-se que tinha sido vantajoso, não apenas para os moradores, mas em especial para os comerciantes do mercado de levante, porque se aquela via fosse de circulação apenas de saída não haveria nenhum acesso direto através da Avenida de Roma em direção àquele mercado. Nesse caso estava em consonância com quem o precedera na Junta de Freguesia de Alvalade e que, embora por outros argumentos, pugnava para que a Rua Bulhão Pato mantivesse os dois sentidos.-----

----- Havia uma diminuição do fluxo de acesso de clientes àquele mercado, se fossem de automóvel. Era um argumento que a Câmara e os técnicos responsáveis pelo projeto tinham tomado como válido, uma alteração já com a obra em curso que atrasara a divulgação do folheto, que segundo sabia estava pronto antes da obra arrancar. Tinha

sido entendimento do Executivo proporcionar a sua distribuição nas caixas postais dos residentes, de forma a qua o mais rapidamente possível eles pudessem tomar conhecimento.-----

----- Quanto ao Bairro das Estacas, tendo apanhado a obra já em curso, fora possível retirar grandes ensinamentos sobre como não preparar uma obra de zona 30 no território da cidade. Também se identificara a relevância muito intensa do papel de uma Junta de Freguesia de envolvimento nesse tipo de processos. Algumas coisas se tinham feito de diferente:-----

----- Em primeiro lugar, pugnara-se pela distribuição dos panfletos nos diferentes bairros habitacionais a que as intervenções diziam respeito antes da obra arrancar. Fizera-se não apenas com a emissão do folheto, mas com a indicação nesse folheto de data e hora para sessões de esclarecimento específicas relativamente a cada uma das empreitadas. Tinham-se realizado quatro e tinham sido bastante participadas.-----

----- Referira-se a do Bairro de São Miguel, mas havia outras. Uma relativamente à intervenção que já estava em curso no chamado Bairro das Caixas, que eram duas a esse propósito, uma na Associação de Moradores e outra no polo de atendimento da Ernesto Vasconcelos. Outra era na sala onde se encontravam, relativa às intervenções na zona a nascente da Avenida de Roma e no Bairro de São João de Brito. Todas elas tinham sido muito participadas e todas elas precisavam ainda de uma reunião com os técnicos para ver quais eram os contributos que seriam integrados naquilo que se iria fazer.-----

----- Felizmente, não obstante algumas dessas empreitadas já estarem devidamente adjudicadas, como todas as sugestões representavam trabalhos a menos, não havia nenhum obstáculo especial a que se conseguissem introduzir as alterações sugeridas.--

----- Tinha-se realizado um outro trabalho relativamente à intervenção na Rua Infante Dom Pedro, da continuidade do acesso depois da demolição do prédio. Informou que no dia seguinte pelas quinze horas estariam com um conjunto de técnicos ligados a esse projeto, o que provavelmente daria origem a uma sessão próxima da que se fizera para as zonas 30, que a seu tempo seria devidamente divulgada.-----

----- O que a Junta sustentava era em primeiro lugar ouvir a população, que era uma coisa elementar. Depois aproveitaram-se alguns contratos que estavam em curso nas anteriores Juntas, que davam espaço mediático nalgumas publicações gratuitas que circulavam pela cidade para informar sobre o conceito de zona 30. Depois tinha-se dado resposta a algum interesse mediático que essas questões suscitavam, tendo havido duas reportagens no jornal Público, uma bastante desfavorável e outra bastante favorável.--

----- Tinha havido um direto para a RTP na segunda-feira de manhã e gravara uma entrevista para TSF sobre o tema que não sabia se já tinha sido difundida ou não. Não conhecia mais formas de comunicação a esse propósito, mas se alguém tivesse alguma ideia para como comunicar melhor, agradecia e haveria todo o empenho em usar também esse meio para comunicar o impacto e a importância das obras.-----

----- Disse que o índice comparativo de reclamações relativamente à obra do Bairro das Caixas e à obra do Bairro das Estacas mereceria um tratamento estatístico muito interessante. Havia apenas uma reclamação sobre o Bairro das Caixas e era relativamente à obstrução do trajeto de circulação pedonal lateralmente ao estaleiro, por efeitos de estacionamento selvagem. O estaleiro era montado preservando um canal de circulação pedonal mas os veículos estacionavam a obstruir a circulação programada.

----- Já se reunira com o Senhor Comandante da Polícia Municipal e infelizmente não havia outra solução para isso que não fosse tirar os carros de lá, sendo a PM que tinha os reboques para esse efeito.-----

----- A obra vinha correndo muito bem e promovia-se a informação à medida que as frentes de obra iam avançando, em primeiro lugar no site da Câmara Municipal e junto

dos principais equipamentos e comerciantes das zonas, para que pudessem informar os seus utentes. -----

----- Podia dizer que experiência no Bairro das Caixas tinha sido muito superior à experiência no Bairro das Estacas e o que mais preocupava quanto ao Bairro das Estacas era que a obra não fosse recebida pelo dono de obra, a CML, com defeito. Por isso tinha sido promovida uma visita técnica na passada sexta-feira, com os projetistas, com os fiscais, com o empreiteiro, com a UIT, com a Junta de Freguesia. Estava a ser elaborada uma ata, para ter a certeza que a obra não era recebida com defeitos e que ainda seria possível acautelar alguma situação em função da avaliação dos técnicos.-----

----- Por outro lado, a intenção era que a experiência do Bairro das Estacas não contaminasse a bondade dos projetos zona 30. Havendo uma experiência de obra que tinha corrido menos bem, que não fizesse gerar nos responsáveis políticos e na população a convicção de que se deviam matar todas as outras zonas 30 na cidade. Esse era um risco real e, portanto, cada zona 30 devia ser tratada com preocupações individualizadas. Sabia-se, por exemplo, que fazer marcação de entradas e saídas nas passeadeiras não era o mesmo que fazer isso e mais alterações de sentidos de tráfego e construção de zonas de coexistência, que eram uma novidade no Código da Estrada e ainda sem penetração na sociedade. Aliás, o Comissário da PSP procurara explicar isso na RTP, com os 45 segundos que lhe deram, mas era necessário mais do que isso para explicar essa coisa do novo Código da Estrada comportar as zonas de coexistência. Nessas zonas a circulação era a 20 quilómetros por hora e, portanto, as zonas 30 eram especialmente vantajosas nesse contexto, porque protegiam com uma muralha de circulação a 30 uma outra zona mais interior de circulação a 20.-----

----- Era muito importante que se tivesse uma visão proactiva na defesa de um bairro em que a população tinha mais de 65 anos de idade, era importante criar obstáculos à velocidade de circulação automóvel dentro dos bairros habitacionais.-----

----- O problema do encaixe das zonas 30, especialmente São Miguel, num bairro como o Bairro de Alvalade era porque em tese as zonas 30 seriam especialmente adequadas a bairros predominantemente habitacionais e com equipamentos de fruição da população. Acontecia que não havia crianças e os frequentadores dos principais equipamentos que estavam contidos dentro do bairro já não eram do bairro. A distorção demográfica fizera demolir a tal sobreposição perfeita entre as células desenhadas por Faria da Costa nos anos 40 e essa teoria da adaptação das zonas 30 a bairros predominantemente habitacionais com traçado urbanístico homogéneo. Isso era uma descrição típica das células do Bairro de Alvalade. Eram esses os problemas que estavam a viver, mas seguramente que as políticas eram orientadas para uma melhoria da segurança nos bairros.-----

----- As zonas apontadas, junto à escola e no cruzamento da Antero de Figueiredo com a Teixeira de Pascoais, eram zonas sinalizadas como especial incidência de sinistralidade. Teriam que comparar os números e ver o que acontecia com a obra em funcionamento. Havia de facto deficiências e tinha sido necessário eliminar o conceito de zona de coexistência com pilaretes, para evitar que fossem plataformas de acesso ao estacionamento em cima dos passeios.-----

----- Disse que nem tudo era mau com as zonas 30 e queria, pelo contrário, salientar que a maior parte era boa se o trabalho fosse corretamente feito.-----

----- Quanto ao estacionamento no Bairro das Estacas, havia um projeto apresentado pela EMEL de transitoriamente criar uma bolsa no terreno expectante onde estivera o estaleiro. Também a UIT tinha um projeto para além disso, de fazer alguma arborização. Esperava-se que quem tivesse esses projetos os desenvolvesse e vinha-se conversando muito nesse sentido.-----

----- Iria haver estacionamento no Bairro de São Miguel, no projeto relativo à Rua Infante Dom Pedro, e também haveria uma melhoria significativa no atravessamento da via férrea, com a construção de elevadores. -----

----- Tomava boa nota da referência feita a uma proposta que não conhecia, de classificação do Bairro das Estacas como interesse municipal. Tinha-se recebido uma proposta de criação de uma comissão para o Bairro das Estacas, tendo em vista, com base nalguns exemplos que noutros municípios existiram de preservação do património arquitetónico, poder criar uma estrutura que a par da requalificação do mercado de levante e a par da tentativa de utilização daquelas lojas com atividade comercial, que se pudesse efetivamente encetar um tratamento do bairro que permitisse dentro de uns anos fazer a requalificação de fachadas, a eliminação de marquises com o envolvimento dos próprios titulares. Poderia devolver-se aquilo que durante anos tinha sido um crime de lesa património, que era pegar num bairro premiado do ponto de vista arquitetónico e permitir que ele fosse contaminado com uma doença infecciosa chamada “marquise”, que destruíra património de grande relevância. -----

----- Terminava como tinha começado, agradecendo a participação nessa questão mais abrangente do Bairro das Estacas. -----

#### ----- ORDEM DO DIA -----

#### ----- Ponto 1 – Apreciação, discussão e votação da proposta de Regimento da Assembleia de Freguesia;-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que imediatamente, na sequência do que fora estabelecido na última Assembleia, tinha sido constituído um grupo de trabalho no sentido de elaborar um Regimento para a Assembleia de Freguesia, o que se concretizara de um modo relativamente rápido. Assim, havia uma proposta de Regimento que merecera a concordância de todos os grupos. -----

----- Explicou que após o projeto ter sido concluído tinha havido uma proposta de pequena alteração, que não tinha sido feita porque o grupo já tinha sido dissolvido por terminar os seus trabalhos. Era uma pequena alteração apresentada pelo BE. -----

----- **Membro João Morais (BE)** disse que era uma pequena alteração no artigo 38º, onde se dizia que “as atas serão publicitadas preferencialmente no sítio da internet oficial da Freguesia”, a sugestão era de que a palavra “preferencialmente” fosse alterada para “obrigatoriamente”. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** sugeriu que ficasse apenas “publicitadas no sítio da internet oficial da Freguesia”, sem qualquer advérbio de modo. -----

----- **Membro João Morais (BE)** disse que a sugestão do Senhor Presidente restringia a publicação das atas apenas ao sítio da internet. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que sem advérbio de modo impunha mas não excluía outras possibilidades. -----

----- **Membro Diogo Bastos (PSD)** disse que qualquer que fosse a formulação, acabava por ir dar ao mesmo em termos de redação final. Era a sua conclusão. -----

----- **Membro João Morais (BE)** explicou que o objetivo da alteração era que a palavra “preferencialmente” podia dar margem de manobra à não publicação das atas no portal. A intenção era que fosse prática habitual e obrigatória a sua publicação, independentemente de serem publicadas noutros locais. -----

----- **Membro Diogo Bastos (PSD)** referiu que a redação dada pelo Senhor Presidente também acautelava, sendo que em termos jurídicos o “obrigatoriamente” era um advérbio de modo muito forte. -----

----- **Membro João Morais (BE)** disse que o problema era com a palavra “preferencialmente”. -----

----- **Membro Mário Branco (PS)** disse que o “obrigatoriamente” tinha uma força juridicamente muito grande. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **supressão da palavra “preferencialmente”**, tendo a mesma sido **aprovada, por unanimidade**. -----

----- Seguidamente, submeteu à votação o **Regimento da Assembleia de Freguesia**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**. -----

----- **Ponto 2 – Apreciação, discussão e votação da primeira revisão ao Orçamento de 2014;** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** começou por felicitar a Assembleia, na pessoa do seu Presidente, pela forma elevada com que se tinha dado corpo ao documento fundamental que determinaria os termos em que a tradição democrática na Freguesia de Alvalade se faria daí para a frente. A Junta de Freguesia era observadora nesse processo e queria cumprimentar todos, em especial aqueles que integraram o grupo de trabalho constituído, em que a sua maturidade e elevação democrática permitira que um documento de elevada complexidade se construísse sem dificuldades de maior e uma votação unânime da Assembleia. Isso era muito importante, em especial no contexto que se vivia, pois esses eram documentos fundacionais da nova Freguesia de Alvalade, que se perspectivava que vivesse longos anos com aquilo que se construísse no atual mandato. -----

----- Referiu que, apesar do site estar em construção, já lá constava o Regulamento de Atribuição de Apoios da Freguesia de Alvalade, que estaria em discussão pública e quando essa terminasse seria submetido à Assembleia de Freguesia. O que sugeria aos Membros da Assembleia era que pudessem remeter os seus contributos durante esse período. Se tivessem essa disponibilidade e gentileza, que contribuíssem durante esse período para depois a Junta poder integrar esses contributos e apresentar uma proposta limpa à Assembleia. -----

----- Quanto à revisão orçamental, ela ia em linha com o que estava proposto no Orçamento de 2014, que o afinamento da reorganização administrativa da Cidade de Lisboa, a qualidade do detalhe da informação que fosse chegando, que as deliberações que a Assembleia Municipal de Lisboa tinha tomado, designadamente quanto às propostas 915/2013 e 916/2013, com as alterações introduzidas pela proposta nº 4/2014, que introduzira profundas alterações naquilo que era o cenário elaborado em dezembro, que fosse levado à Assembleia de Freguesia para que a Junta de Freguesia, ao assinar o auto de transferência de competências e meios da CML para a Junta de Freguesia, estivesse devidamente legitimada, pelo menos no que se referia ao volume a transferir para que essa transferência se fizesse em termos de certeza e segurança jurídicas em relação ao vínculo de emprego público. -----

----- Ao assinar-se o acordo tripartido entre a CML, a Junta de Freguesia e um dos sindicatos representativos dos trabalhadores da CML, que fossem esses compromissos cumpridos em termos de dar todas as condições de segurança aos trabalhadores da CML que viessem a integrar os quadros da Junta de Freguesia, na sua relação jurídica de emprego, de estabilidade naquilo que tinha sido o acerto de garantias que foram recolhendo no contexto da sua relação jurídica de emprego público com a CML e que era firme vontade da Junta de Freguesia assegurar e manter. Acima de tudo, fazer com a certeza de que não havia qualquer vicissitude introduzida por uma deliberação proveniente da Assembleia de Freguesia. -----

----- Disse que a revisão não eliminava a necessidade de fazer uma revisão sempre que necessária no contexto da integração do saldo de gerência. Isso seria feito em Abril, dentro dos prazos legais, sem prejuízo de haver ainda outras afinações necessárias, -----



porque quem conhecia as propostas, em especial a 916/2013 aprovada pela Assembleia Municipal, sabia que a transição de funcionários tinha três etapas distintas.-----

----- A primeira etapa era através da inscrição de voluntários numa plataforma que tomara o nome de “oportunidade de escolher”; a segunda era a transferência dos funcionários que estavam associados aos equipamentos onde já estavam a exercer funções; a terceira seria o preenchimento de uma comissão de acompanhamento dos recursos humanos da CML e dos serviços a que as pessoas estivessem ligadas, com nomes de funcionários.-----

----- Esperava-se que fosse um sucesso mas não tinha a capacidade de prever o futuro. Havia bastantes funcionários que preferiram a Junta de Freguesia de Alvalade no momento da oportunidade de escolher e, portanto, tentariam que fosse tendencialmente residual o recurso à terceira fase de recrutamento.-----

----- Central na proposta era perceber-se que o impacto global apresentado era muito reduzido. Estavam a falar de um impacto de cerca de 14403,98 euros no montante global de receita e despesa. Era uma alteração que não bulia de forma significativa com aquilo que eram os limites já aprovados no anterior Orçamento.-----

----- Fazia-se uma melhoria da apresentação, desagregando em sub-orgânicas a orgânica da intervenção socioeconómica, para melhor se poder compreender aquilo que dizia respeito a cada uma das suas dimensões. Comportava a alteração que resultava do acordo tripartido assinado com a CML, designadamente a inscrição de 1,5% sobre o valor das remunerações certas e permanentes e referente à contribuição para os Serviços Sociais da CML, dos trabalhadores que transitavam para a Junta de Freguesia.-----

----- Havia um reforço do quadro de pessoal em onze trabalhadores, que resultava por um lado de haver uma informação nominativa que transformava numa noção real qual era o número e identidade dos trabalhadores que transitavam com os equipamentos. Num dos casos tinha algum significado, designadamente a circunstância do complexo desportivo municipal de São João de Brito não ter sido considerado estruturante para a Cidade de Lisboa pela Assembleia Municipal de Lisboa, como aliás era vontade da Junta. Transitavam quatro funcionários nos termos do tal critério dos funcionários associados a determinado equipamento, um assistente técnico e três assistentes operacionais, cuja identidade se conhecia e estava publicada no boletim municipal para consulta de todos os interessados.-----

----- Havia também uma vontade da Junta de Freguesia em reforçar o sector da secretaria e postos de atendimento. Os postos de atendimento remotos em relação à sede era uma experiência recente, porque não havia no passado em qualquer Freguesia, e comportavam a necessidade de ter mais do que um funcionário no posto de atendimento. Teria que se assegurar o funcionamento contínuo do posto aberto à população, assegurar faltas e férias, mas também do ponto de vista daquilo que era o ambiente de trabalho, das pessoas estarem sozinhas e remotas em relação ao centro de decisão, não era a circunstância de trabalho que se devia proporcionar do ponto de vista dos trabalhadores. Tratava-se de uma solitária. Havia essa experiência em concreto com o posto da Ernesto de Vasconcelos, que tinha funcionado mal e fora corrigido imediatamente.-----

----- Previa-se esse aumento, que na verdade era um aumento não tão expressivo quanto isso, ainda mais três assistentes técnicos mas menos um assistente operacional, para os postos de atendimento, um dos quais ia arrancar em obra numa das lojas das cooperativas de habitação do Bairro Fonsecas e Calçada, que seria inaugurado quando os funcionários estivessem já devidamente formados. O trabalho feito na CML tinha obviamente diferenças importantes em relação ao trabalho de atendimento que se fazia na ótica de uma Junta de Freguesia e um bairro habitacional remoto em relação ao

centro da Freguesia devia ter também um atendimento de qualidade, sem haver um esforço especial de certo segmento da população em deslocar-se a um balcão da Junta de Freguesia. -----

----- Havia, contudo, uma diminuição de volume importante do ponto de vista da despesa corrente no sector da higiene e limpeza urbana, eram 345.783 euros a menos de despesas correntes. Isso resultava *grosso modo* da circunstância dos cálculos das remunerações certas e permanentes terem sido feitos em termos de valores médios e que agora era possível calcular em termos da despesa realmente executada no ano 2013 relativamente àqueles funcionários em concreto e não um funcionário tipo, que era o cenário em que se trabalhara. -----

----- Também havia um ajuste naquilo que era a verba calculada de investimento. Não era necessário fazer um investimento tão volumoso para garantir um parque de máquinas de qualidade em relação à higiene e limpeza urbana. -----

----- Decidira-se reforçar a possibilidade de investir na manutenção do espaço público, tendo-se aumentado ligeiramente a dimensão da divisão do espaço público em função da identificação concreta da pessoa da CML que iria exercer as funções de chefe de divisão. -----

----- Havia um trabalho elaborado já com essa funcionária, do confronto daquilo que era a divisão aprovada pela Assembleia de Freguesia em dezembro, em resultado de uma primeira organização pela Junta de Freguesia das necessidades reais do ponto de vista de pessoal, daquilo que era a visão da CML a propósito do que seria necessário para o desempenho das tarefas transferidas e daquilo que era o juízo técnico daquela funcionária que efetivamente ia ter responsabilidade para exercer aquelas funções de chefia e que a meio caminho entre as duas visões encontrara o cenário que considerava para exercer com qualidade essas funções. -----

----- Por outro lado, no sector da educação havia alguma redução no número de assistentes operacionais ligadas ao jardim-de-infância, porque a maior parte de pessoal que seria transferido da CML não integrava o quadro de pessoal, embora existissem relações de prestação de serviços. Depois, com a experiência, seriam feitos os ajustamentos necessários. Havia um reforço no sector da ação social para desempenhar as tarefas transferidas. -----

----- Em traços largos eram essas as principais alterações. Em termos de Junta de Freguesia era um momento decisivo de transformação dos instrumentos de gestão, pela razão de que finalmente estava apta a receber os funcionários para desempenhar as tarefas. Eram funcionários que iam não apenas satisfazer as necessidades resultantes das novas competências, mas que iriam também contribuir decisivamente para a consolidação do processo de fusão das três anteriores Juntas, que era trabalhoso e para o qual os recursos das Juntas não eram suficientes. -----

----- Disse que ficava ao dispor para qualquer esclarecimento que entendessem necessário. -----

----- **Membro Valdemar Salgado (PSD)** perguntou, depois da formação, onde seriam colocados os quadros que vinham da Câmara. -----

----- **Membro Mário Costa (PS)** começou por salientar a clareza da explicação do Senhor Presidente da Junta. -----

----- Realçou a pequena diferença que era apurada em relação ao Orçamento de dezembro, cerca de 14 mil euros num Orçamento de 5 milhões. O Orçamento trabalhado em dezembro tinha sido feito com algumas variáveis que não se controlavam. Do lado das receitas havia uma informação muito mais detalhada de impostos cobrados e do lado da despesa havia um natural aumento com os recursos humanos e isso era fácil de explicar. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que interpretava o silêncio da maior parte dos Membros da Assembleia de Freguesia como consubstanciando uma não discordância e ficava muito satisfeito por isso. Significava em primeiro lugar que a informação era suficiente e que havia uma convergência de propósitos. -----

----- A questão que tinha sido colocada desagregava-se em várias respostas. Dependendo do sector, as pessoas estariam em sítios diferentes. -----

----- A ideia era que todos os funcionários que estavam ao serviço da tomada de decisão, essencialmente técnicos superiores e pessoal ligado à administração corrente da Junta de Freguesia, ficava na sede por razões que eram autoexplicativas. -----

----- Tinha-se feito uma pequena obra que imaginava pudesse levar alguma tristeza aos anteriores Membros do Executivo da Junta de Freguesia de São João de Brito. Havia uma sala de reuniões à qual os ligava até algum orgulho pessoal e respeitava isso, mas transformara-se num espaço privilegiado de trabalho. Seria possível construir doze postos de trabalho nesse espaço. -----

----- A área do espaço público iria trabalhar no primeiro piso do edifício da Ernesto Vasconcelos, que o Membro Valdemar Salgado tivera a amabilidade de requalificar que servia que nem uma luva para esses funcionários poderem desempenhar o seu trabalho com todas as condições. Já se estava num processo de mudança dos outros ocupantes para o piso de baixo, que era ocupado pelo Executivo, uma vez catalogados e removidos os livros para a biblioteca. -----

----- Depois de se requalificar a sala que era de uma associação de reformados, pelo falecimento da sua dirigente máxima, essa sala seria aberta para o alargamento da Biblioteca da Avenida Rio de Janeiro, para receber os cerca de mil livros do espólio da antiga Junta de Freguesia do Campo Grande. As regras de catalogação da biblioteca eram diferentes das usadas no Campo Grande e integravam um determinado sistema informático, tinham uma etiquetagem própria, etc. Era outro tipo de tratamento bibliográfico das obras. Havia um inventário e passava a haver um verdadeiro catálogo bibliográfico, o que era diferente. -----

----- Esperava que fosse uma situação transitória, porque preferia que a divisão de espaço público também trabalhasse junto do centro de decisão, mas não era objetivamente possível com a distribuição de edifícios existente. Podia vir a ser se houvesse possibilidade, no contexto de uma avaliação que estava a ser feita de todo o património municipal e da Freguesia implantado no território de Alvalade, da Junta de Freguesia vir a ter um equipamento onde pudesse instalar o desenvolvimento de atividades abertas à população. Era demasiado prematuro avançar com isso. -----

----- Tinha havido uma primeira tentativa de aquisição do edifício onde se encontravam, havia a possibilidade de o fazer em condições financeiras muito favoráveis para a Junta de Freguesia, mas não tinha havido acordo com o proprietário, que tinha vontade de arrendar. Os princípios da boa gestão diziam que não se gastava capital em despesas correntes, isso era gestão danosa. -----

----- Quanto aos outros funcionários, cada um ficaria nos seus equipamentos, os do mercado no mercado, os das escolas ficariam nas escolas, os de posto de limpeza ficariam nos postos de limpeza, os do complexo desportivo municipal de São João de Brito, exceto porventura um técnico que iria para a sede, ficariam aí. -----

----- O cenário com que se deparavam para o mês de março era o do espaço público na Ernesto Vasconcelos, técnicos de suporte à tomada de decisão na Conde de Arnosó, funcionários de atendimento nos postos que já estavam em funcionamento e cada um dos restantes funcionários no local de trabalho que já ocupavam atualmente. Não era uma transformação tão volumosa quanto isso. -----

----- Do ponto de vista dos equipamentos informáticos com que esses funcionários iriam trabalhar, iam da CML com eles. Do ponto de vista do mobiliário, existia ainda uma reflexão em curso da possibilidade de uniformizar em cada espaço o mobiliário utilizado, para não haver secretárias com dimensão diferente, porque isso prejudicava a constituição de *open space* de trabalho.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação os **pontos 1, 2 e 3 da Primeira Revisão ao Orçamento de 2014**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 8 votos a favor e 10 abstenções.-----

----- Seguidamente, submeteu à votação o **mapa de pessoal**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 14 votos a favor e 4 abstenções.-----

----- **Membro Pedro Bastos (PCP)** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- *“Os eleitos do PCP reiteram a sua posição quanto à moção apresentada na última Assembleia de Freguesia, de 26 de dezembro de 2013.*-----

----- *A responsabilidade que assumimos para com a população implica da nossa parte, enquanto eleitos, o rigor perante a análise e a avaliação dos documentos provisionais, em particular a primeira revisão orçamental que nos foi apresentada.*-----

----- *A execução, bem como o acompanhamento da nossa atividade, suscita-nos dúvidas pelo facto de entendermos não ter sido salvaguardada uma ampla discussão, bem como participação em torno deste processo.*-----

----- *A abstenção dos eleitos do PCP deve-se ao facto de salvaguardarmos os valores que sempre defendemos.”*-----

----- **Ponto 3 – Apreciação, discussão e votação das propostas de autorização da celebração de protocolos com a Associação Centro Cultural e Desportivo Estrelas de São João de Brito, com a COFAC (Cooperativa de Formação e Animação Cultural) e com o CTD (Centro de Tratamento de Doentes);**-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** esclareceu que o primeiro era a celebração de um protocolo concreto relativamente a uma ação com uma coletividade, que aliás estava presente e que aproveitava para cumprimentar na pessoa do seu Presidente Nuno Lopes. Tratava-se de haver um programa curricular de natação no jardim-de-infância da outrora Freguesia do Campo Grande e atual Freguesia de Alvalade, no equipamento da 3ª Companhia do RSB na Avenida Rio de Janeiro, com a contrapartida da Junta de Freguesia prover apoio financeiro que visaria reabilitar o equipamento recentemente adquirido pelo clube e onde constaria a identificação do apoio da Junta de Freguesia de Alvalade.-----

----- Disse que a Lei 75/2013 atribuía à Assembleia de Freguesia uma competência de autorização para o protocolo e era esse o propósito de o estarem a discutir, para tentar aproveitar ao máximo o disponível para o presente ano letivo, para a prossecução de um protocolo em benefício das crianças que frequentavam o jardim-de-infância e em benefício da coletividade, que podia dispor de mais equipamento para realizar a sua atividade.-----

----- Quanto ao protocolo com a COFAC, visava apenas conferir enquadramento institucional para futuras ações que se viessem a desenvolver. Essas ações eram múltiplas nas suas possibilidades e uma já estava em curso, o processo de elaboração do logotipo da Freguesia de Alvalade desenvolvido por alunos do curso de design da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Tinham sido pré-selecionados três e no momento aguardava-se a celebração de um acordo para acautelar os interesses da Junta de Freguesia na utilização daqueles elementos gráficos. Era num contexto de processo participativo da população da Freguesia de Alvalade, no site em construção e nos postos de atendimento da Junta de Freguesia, de modo a que esse processo desse

origem à escolha do logotipo final e que permitisse finalmente desenvolver os outros interfaces de comunicação da Freguesia de Alvalade. -----

----- Outras atividades possíveis tinham sido analisadas como podendo suceder ao abrigo desse protocolo, como fosse a utilização das cozinhas pelo curso de nutrição para *workshops*, a utilização dos estúdios e equipamentos de comunicação da Universidade para o que fosse do interesse da Junta. Outra possibilidade era a utilização do espaço da própria Universidade para a realização de atividades da Junta de Freguesia. -----

----- Referiu que já havia uma colaboração entre a Junta de Freguesia do Campo Grande e a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, designadamente através da colocação de alunos estagiários em atividades ligadas à ação social e que em colaboração com o Senhor Vice-Reitor Carlos Poiars se pretendia continuar ao abrigo desse protocolo. Não havia contrapartidas financeiras. -----

----- Quanto ao Centro de Tratamento de Doentes, antiga Clínica São João de Deus, já tinha sido detido por particulares e atualmente também era detido pela COFAC. Tratava-se apenas de uma tabela de preços mais vantajosos para os residentes da Freguesia de Alvalade que quisessem utilizar os serviços. Tinha algumas imprecisões na redação, mas era apresentado à Assembleia de Freguesia conforme tinha sido discutido.

----- **Membro Fernanda Guilherme (PCP)** disse que o PCP estava de acordo com os três protocolos e gostaria de referir o trabalho efetuado com o protocolo com o Estrelas, cujo Presidente estava presente, quer no pelouro do desporto, quer no pelouro da educação, porque eles acabavam por se entroncar os dois. Parecia ser um protocolo que beneficiaria muitos fregueses e não só, porque a Junta de Freguesia devia ter em atenção que quem lá trabalhava não era freguês mas participava nas diversas atividades da Freguesia. -----

----- Relativamente ao protocolo com a Lusófona, apesar da má fama atual da Lusófona, estava de acordo e achava que era possível ir por essa via da formação, podendo tirar algum proveito desse protocolo. -----

----- Quanto ao protocolo entre a Junta de Freguesia e o Centro de São João de Deus, aí tinha uma questão a colocar, embora estivesse de acordo e pessoalmente acreditava que viesse a beneficiar alguns fregueses, mas só alguns e não a maioria dos fregueses. -----

----- Era conhecida a posição do PCP em relação à questão da saúde, na defesa do Serviço Nacional de Saúde gratuito para todos e o mais acessível possível. Havia uma pobreza envergonhada na Freguesia e nas Freguesias limítrofes, porque nem tudo o que parecia era e todos sabiam disso. Portanto, em nada esse Centro de São João de Deus se poderia substituir ao Centro de Saúde de Alvalade, que por acaso funcionava mais ou menos bem, com muitas reivindicações do PCP e dos próprios fregueses de Alvalade, e ao hospital que lhes era adstrito. -----

----- Disse que o preço das consultas era de 30 euros e uma urgência 60 euros, que algumas pessoas poderiam pagar mas a maior parte das pessoas não podia pagar. Um exame complementar de diagnóstico tinha que ter a aprovação do diretor do centro de saúde e, portanto, em nada a Clínica de São João de Deus substituíria, quer o Centro de Saúde de Alvalade, quer o hospital respetivo da residência. -----

----- **Membro Diogo Bastos (PSD)** disse que se queria referir apenas ao protocolo entre a Junta de Freguesia e o Estrelas de São João de Brito, felicitando a presença do Presidente Nuno Lopes. Ficava contente por verificar que o protocolo original, que teria uns dezasseis anos, celebrado com o Comandante Lameirinhas ainda se mantinha perfeitamente em vigor, sem necessidade de adendas, permitindo discutir agora esse protocolo. -----

----- Tinha estado a ler com alguma atenção e tinha duas questões muito sucintas, por um lado se havia a intenção de repetir a experiência nos próximos anos letivos e, por

outro lado, se havia intenção de alargar mo protocolo a outros estabelecimentos de ensino. -----

----- **Membro Valdemar Salgado (PSD)** disse que estava completamente de acordo com a assinatura desses protocolos, mas era estranho que num protocolo como o da Clínica São João de Deus houvesse caução. -----

----- Perguntou ainda se tinha sido feito algum contacto com outros estabelecimentos de saúde, se o protocolo com o Centro de Enfermagem de Alvalade continuava a existir e se pretendiam renovar o protocolo com a clínica que pertencia à Junta de Freguesia de São João de Deus. -----

----- Quanto ao Estrelas de São João de Brito, estava de acordo com o protocolo, era uma boa iniciativa, mas duvidava bastante que a maior parte dos encarregados de educação das crianças conseguissem pagar dez euros acrescidos à mensalidade. Sabia-se que muitas delas, se calhar a única refeição que tinham era a que comiam na Junta de Freguesia. Perguntou se a Junta, para os 60% a 80% que não podiam pagar os dez euros, tinha alguma ideia de como não haver discriminação. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta**, quanto ao protocolo só beneficiar alguns fregueses, disse que ele também não tinha a ambição de se substituir ao Serviço Nacional de Saúde. Uma das coisas que estava em presença era pelo menos que em função do protocolo alguns fregueses fossem em termos absolutos mais do que se o protocolo não existisse, em virtude de uma diminuição da tabela de preços ser possível um pouco mais dos que podiam usufruir do protocolo. -----

----- Não era intenção do protocolo substituir-se ao Serviço Nacional de Saúde, nem era possível a Junta sozinha resolver as dificuldades de acesso. Infelizmente, a tabela com a redução já se aproximava de algumas taxas moderadoras. Lamentável era ver evoluções em sentido inverso. -----

----- O que faziam com o centro de saúde, isso viria a seu tempo. O que faziam em relação ao presente protocolo era beneficiar quem pudesse ser beneficiado e não deixar de o fazer em função de não ser possível ir mais longe. -----

----- Quanto à intervenção do Membro Diogo Bastos, se havia intenção de repetir, não era possível antecipar de pendia da avaliação que se fizesse do sucesso do programa. Ela repetir-se-ia se o balanço a fazer dessa experiência piloto fosse positivo. Se por alguma razão que não podiam antecipar ele não corresse bem, então não se repetiria. Não havia uma previsão absoluta. -----

----- O que tinha sido fundamental nessa fase era assegurar que se experimentava a política de conferir às crianças a possibilidade que não estavam integradas na rede pública, porque embora fosse uma organização pública, aquele jardim-de-infância não era de rede pública, proporcionar a natação por um lado e apoiar o clube numa necessidade premente que tinha de requalificar. Portanto, se fosse caso disso, a seu tempo discutiriam a possibilidade de repetição. -----

----- Quanto ao alargamento a outros estabelecimentos na Freguesia, disse que não estava previsto no imediato. O problema que se colocava era que esses estabelecimentos seriam em regra privados e a Junta não estava a pensar nessa fase fazer o alargamento, pelo menos a título não oneroso, para os jardins-de-infância que não fossem da rede pública. Precisavam de uma identificação mais consubstanciada que não tinham no momento. -----

----- Relativamente às questões colocadas pelo Membro Valdemar Salgado, disse que a caução era a proposta que fora apresentada e tinha a natureza que tinha e se não houvesse motivos para ela ser liquidada, então não seria. Isso podia não estar, estava mas não era um custo direto, era uma atribuição provisional de uma verba para despesas supervenientes. -----

----- Percebia que a entidade não quisesse largar mão dessa componente. Sabia-se que havia problemas de cobranças nos sectores privados de saúde e a caução visava acautelar essas realidades.-----

----- Disse que ainda não havia contactos com outras clínicas, mas não havia nenhuma espécie de exclusividade no protocolo. -----

----- Esclareceu que o protocolo com o Centro de Enfermagem de Alvalade não tinha sido extinto e, portanto, a Junta de Freguesia sucedera nos direitos e obrigações, nos termos da Lei. -----

----- A questão de São João de Deus era mais complexa e necessitava de uma análise um pouco mais profunda, porque a Junta de Freguesia do Areeiro tivera a percepção que o contrato se extinguia automaticamente com a extinção das Juntas de Freguesia. Uma vez que o número de utentes era razoavelmente baixo, não tinha sido dado como uma prioridade. Também não havia a identificação de nenhum cidadão que tivesse procurado esse protocolo. -----

----- Sabia-se que aquilo que o centro de saúde precisava para aumentar o número de visitas domiciliárias não era muito, tratava-se apenas de tentar requalificar mas, o custo ainda não estava apurado e muito provavelmente não seria no ano 2014 que se faria, mas era uma coisa que o Executivo tinha em mente prosseguir. -----

----- Sobre as famílias poderem ou não pagar os dez euros adicionais, disse que não havia o propósito de excluir quem quer que fosse, mas isso competia ao funcionamento normal do jardim-de-infância assegurar. A Diretora do jardim-de-infância monitorizaria o desenvolvimento do protocolo e o propósito da Junta era que fosse alargado quanto possível.-----

----- Dava-se mais uma valência do jardim-de-infância aos fregueses e aos não fregueses que o frequentavam. Não obstante a Junta ter que ter alguma atenção às pessoas que viviam no seu território, tinha também que ter atenção aos visitantes. O que não tinha era que alocar verbas significativas do Orçamento, o que não era o caso, para satisfazer necessidades de todas as pessoas -----

----- **O Senhor Vogal do Executivo, Ricardo Varela**, sobre a questão do protocolo estar circunscrito só ao presente ano letivo, esclareceu que tinha havido uma necessidade do ponto de vista técnico, a partir do momento em que se fizera a aquisição do equipamento, de algum apoio da Junta. O clube teria apoio no exercício das suas atividades desportivas e que a Junta pudesse ter algum proveito.-----

----- Disse que no contexto da cidade, a Câmara Municipal já tinha esse projeto vocacionado para as escolas do primeiro ciclo. Não estava contemplado nos jardins-de-infância, mas já tinha no primeiro ciclo e, portanto, achara-se importante. Podia ser no futuro, em resultado das avaliações, replicado ou não. -----

----- Quanto à questão da mensalidade, na proposta inicial o valor era superior. Também face à disponibilidade do clube conseguira-se chegar a um valor inferior para essa mensalidade. A referência que havia era de que o valor seria suportável pelos encarregados de educação, o que não queria dizer que depois não pudesse ser adequado. -----

----- Um ponto que devia ser realçado era que essa atividade se enquadrava num contexto, pelo que tinha sido transmitido por parte da educadora, de um inquérito que tinha sido dirigido aos encarregados de educação no ano anterior. Era uma atividade que eles gostariam que fosse proporcionada e daí ter-se conciliado os esforços em volta desse projeto. Era uma coisa que do ponto de vista do desporto se procurava, serem os clubes a procurar as valências e apoiar-se esses projetos no âmbito do desenvolvimento da prática desportiva e da qualidade de saúde e bem-estar. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **protocolo com a Associação Centro Cultural e Desportivo**

**Estrelas de São João de Brito**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**.-----

----- Seguidamente, submeteu à votação o **protocolo com a COFAC (Cooperativa de Formação e Animação Cultural)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 18 votos a favor e uma abstenção.-----

----- Seguidamente, submeteu à votação o **protocolo com o CTD (Centro de Tratamento de Doentes)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 17 votos a favor e 2 abstenções.-----

----- Seguidamente, colocou à consideração da Assembleia a aprovação da ata minuta, solicitando um voto de confiança na Mesa para a subscrever.-----

----- Concluída a ordem de trabalhos, deu por encerrada a reunião, eram 22 horas e cinquenta minutos. -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1.º SECRETÁRIO Jose A. Ruiz / 2.º SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

----- O PRESIDENTE -----

*De. A. Ruiz*